

AGB - Salvador, casi 50 años de Geografía

AGB - Salvador, almost 50 years of Geography

**Mário Rubem Costa SANTANA**

Geógrafo, Professor do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Feira de Santana  
Endereço eletrônico: *mrcsantana@ig.com.br*

**Itamar Gomes de AMORIM**

Estudante do Curso de Geografia – UFBA  
Endereço eletrônico: *itamargomesamorim@yahoo.com.br*

**Denize Santos GOMES**

Estudante do Curso de Geografia – UFBA  
Endereço eletrônico: *persefoneufba@yahoo.com.br*

**Resumo:** A Associação dos Geógrafos Brasileiros como entidade com diretoria específica na Bahia surge em 1955 e se legaliza em 1960 quando registra seu estatuto. Durante anos a AGB teve um caráter acadêmico mudando após o Encontro Nacional de Geógrafos em 1978 com uma fase de atuação política mais intensa. Durante anos a AGB – Salvador mantém coesão até interromper suas atividades na década de noventa. Hoje existem propostas de retomar as atividades.

**Palavras-chave:** Geografia, Associação dos Geógrafos Brasileiros.

**Resumen:** La Asociación dos Geógrafos Brasileiros como entidad con dirección específica en Bahia aparece en 1955 y se legaliza en 1960 cuando registra su estatuto. Durante años AGB tenía un carácter académico que mueve después del Encontro Nacional de Geógrafos en 1978 con una fase de más intensa actuación política. Durante años AGB - Salvador mantiene cohesión hasta interrumpir sus actividades por la década de noventa. Hoy ellos existen propuesto de volver a tomar las actividades.

**Palabras claves:** Geografía, Asociación de los Geógrafos brasileños.

**Summary:** The Associação dos Geógrafos Brasileiros as entity with specific management in Bahia appears in 1955 and it is legalized in 1960 when it registers its statute. During years AGB had an academic character moving after the Encontro Nacional de Geógrafos in 1978 with a phase of more intense political performance. During years AGB - Salvador maintains cohesion until interrupting its activities in the decade of ninety. Today they exist proposed of retaking the activities.

**Key words:** Geography, Association of the Brazilian Geographers.

**Para começar**

É difícil escrever sobre uma entidade como a AGB sem isenção, se é que isso é possível, pior quando se tem uma história dentro da entidade, nosso posicionamento político e nossa interpretação dos fatos pode levar a distorções. A dificuldade em reunir todas as informações baseadas em fontes primárias e secundárias e a nossa própria leitura destes, as entrevistas e os relatos escritos contribuem para que não sejamos exatos e que acabemos por incorrer em algum tipo de injustiça.

O período de tempo em que ele foi escrito, é outro fator que influencia na qualidade do resultado, instados a escrever sobre a história da AGB – Salvador, apesar do prazo definido pela AGB nacional ter sido bem mais amplo, somente em dois meses antes do prazo final pudemos

nos dedicar de maneira mais intensa ao trabalho mesmo assim fazendo-o entre muitas outras atividades.

A dispersão dos documentos ou a inexistência destes, a recuperação das informações dadas por documentos oficiais (atas), a impossibilidade de contrapor ou colocar esses documentos em paralelo com a história oral. A dificuldade em agendar entrevistas com colegas fundadores e até os mais recentes indicam a necessidade de um estudo mais aprofundado da história da AGB – Salvador visto que, a mesma, esta prestes a completar 50 anos de fundada.

As dificuldades de recuperação de documentação e história estão relacionadas ao período da fundação até 1970 e, por incrível que pareça de 1987 até hoje. Felizmente pudemos participar da história da AGB – Salvador nesse último período antes da sua descontinuidade mas, isso acaba por tornar a narrativa muito mais parcial.

Um outro problema diz respeito a opção por uma história linear baseada em eventos que se seguem, por gestões que se sucedem ou por áreas de atuação. Optamos por um misto mas, inicialmente não damos crédito aos colegas pelos atos. Consideramos que muitos fizeram a AGB na Bahia e todos eles representavam a entidade e não foi o indivíduo que na sua solitude construiu a entidade, ainda que algumas vezes isso quase aconteceu, mas várias pessoas que no conjunto construíram a AGB, no mais também devido a dificuldade no levantamento das informações optamos por isso para não correr o risco de maximizar, ou o contrário, a participação de um ou outro colega.

Os nomes não surgirão com referência aos fatos, exceto em relação à sua fundação, serão colocados ao final do texto na forma das diretorias e dos colegas que as compuseram ou tiveram participação nas ações da entidade. Devido a falta de informações claras corremos o risco de minimizar a participação contextualizada dos colegas e poderíamos estar sendo injustos

## A fundação

A AGB na Bahia enquanto instituição com diretoria e sede em Salvador surge em 20 de janeiro de 1955. Ela é fundada como Núcleo Baiano da Associação dos Geógrafos Brasileiros (Secção do Rio de Janeiro). Em seu estatuto, derivado do estatuto nacional, ela se propõe a "*pesquisar e divulgar assuntos geográficos*", promover o conhecimento e o intercâmbio de idéias entre seus associados, através de reuniões periódicas e de outros meios ao seu alcance; realizará e auxiliará pesquisas geográficas; manterá publicações periódicas; proporá medidas para o aperfeiçoamento do ensino da geografia em todos os seus graus; e procurará por si ou em cooperação com organizações similares, estender suas atividades a todo o território do Estado da Bahia<sup>1</sup>

A AGB acompanhava a proposta nacional de ser uma entidade voltada para a pesquisa, em especial do trabalho de campo, cujo resultado, quase sempre assumia a forma dos estudos regionais e das monografias urbanas. A AGB antes de ser uma entidade política era, na prática, uma entidade acadêmica.

O Núcleo Baiano da AGB surge em um momento de grande efervescência dos estudos regionais e das Assembléias Gerais onde os geógrafos se reuniam com o intuito de apresentar seus trabalhos mas, não só isso, ele próprios se propunham executar a pesquisa na região em que a Assembléia ocorria.

Seguindo esse formato O Núcleo Baiano da AGB estatutariamente afirmava que a mesma não poderia "*tomar parte em manifestações políticas ou religiosas...*". De certa forma essa é uma norma que vai permanecer até que o processo democrático no país é efetivamente retomado a partir do final da década de setenta. O próprio Boletim Baiano de Geografia é um exemplo disso visto que não haviam artigos que questionassem de maneira mais taxativa a situação social da população brasileira. É óbvio a garantia desse artigo no Estatuto indicava um posicionamento necessário para sobreviver entre 1964 e 1975 período de maior atuação da ditadura militar.

Os sócios eram separados em categorias: cooperadores, honorários, beneméritos, correspondentes. Os sócios cooperadores eram aqueles que mantinham o Núcleo funcionando

---

<sup>1</sup>. Artigo 2º do Estatuto do Núcleo Baiano da Associação dos Geógrafos Brasileiros (Secção do Rio de Janeiro).

e contribuía mensalmente com uma taxa determinada e para perder o título de sócio era necessário que ocorresse uma falta de quitação por doze meses consecutivos, ou seja, seria bastante difícil que isso ocorresse. As outras categorias dependiam da relevância dos trabalhos prestados por alguém ao Núcleo Baiano ou à Geografia (honorários) e/ou contribuição de uma certa soma em dinheiro (beneméritos). Os sócios correspondentes contribuía com trabalhos ou pesquisas e normalmente não moravam na sede do Núcleo.

Estruturalmente o Núcleo Baiano contava com um Conselho Diretor composto por um diretor, secretário e tesoureiro eleitos. Além destes contava-se também com o Conselho Consultivo formado por três membros que também eram eleitos junto com a diretoria. No entanto devido a ligação do Núcleo Baiano à Secção Regional do Rio de Janeiro o cargo de diretor, de acordo com o regimento desta, só poderia ser ocupado por um sócio dessa secção.

Com a proposta de ser uma entidade de pesquisa o Núcleo Baiano não poderia deixar de produzir um boletim, estatutariamente define-se que haverá uma publicação periódica, o Boletim Baiano de Geografia que será produzido até 1979 quando sofre solução de continuidade. O Boletim contava com um diretor que deveria ser auxiliado por três membros designados pela comissão diretora. Apesar de existir como norma, nem sempre foi possível atender ao que o estatuto colocava em relação ao Boletim. Sua periodicidade deveria ser de três meses, no entanto, na prática isso ocorreu apenas no ano de 1960 quando sai o primeiro número. O Boletim Baiano de Geografia constitui-se em um bom indicador histórico para o entendimento dos estudos produzidos no âmbito da AGB e como ele evolui com o tempo. Essa proposta acadêmica da AGB contribuiu bastante para a formação dos novos geógrafos uma vez que muitas palestras e cursos eram realizados por colegas diretores ou professores convidados, brasileiros e estrangeiros.

Esse alinhamento acadêmico do Núcleo Baiano se confunde um pouco com a própria história do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia. Os fundadores do Núcleo também compõem os quadros do Laboratório. Essa relação significou um certo atrelamento do Núcleo com a Universidade da Bahia (hoje Universidade Federal da Bahia) que vai se estender até 1979, mesmo depois que o Laboratório de Geomorfologia é incorporado ao Departamento de Geografia da UFBA.

Em 1963 durante a XVIII Assembléia Geral Ordinária realizada na cidade de Jequié, na Bahia, o Núcleo Municipal de Salvador<sup>2</sup> ganha *status* de Secção Regional da Bahia passando a englobar o Núcleo Municipal de Aracaju. Aqui é necessário colocar a influência do presidente da AGB nacional à época, o Prof. Milton Santos, Chefe da Casa Civil no governo de Jânio Quadros e posteriormente Na Comissão de Planejamento Econômico do Estado da Bahia no Governo Lomanto Júnior, no apoio da Prefeitura Municipal de Jequié e do Governo do Estado. Não bastasse isso, as Assembléias da AGB eram verdadeiras contribuições para o reconhecimento regional e considerando que, na maioria dos casos, os municípios não teriam condições de bancar tal estudo, a contribuição era sempre bem vinda.

## A década de 70

A década de setenta é um período de grande atividade da AGB. Muitas palestras e cursos são realizados, professores, em especial franceses, comparecem freqüentemente a atividades realizadas pela AGB. Aqui continua a grande ligação da AGB com o Departamento de Geografia da UFBA, apesar de alguns colegas agbeanos trabalharem em órgãos do governo ou na Universidade Católica a predominância era de professores daquele Departamento.

Apesar da forte influência, na geografia desse período, dos estudos da chamada geografia quantitativa a AGB em Salvador continua fiel aos estudos tradicionais, ainda que alguns colegas tenham aderido a onda do planejamento regional e da participação ativa nos estudos quantitativos

---

<sup>2</sup>. Essa denominação aparece no volume XV dos Anais da AGB, diferindo daquela do Estatuto registrado em Salvador com a denominação de Núcleo Baiano da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Secção Regional do Rio de Janeiro, não conseguimos identificar se houve erro ou alguma modificação no estatuto local ou nacional.

isso não tem um rebatimento muito forte na AGB. Os estudos publicados no último número do Boletim Baiano de Geografia dão conta disso, dentre os dez trabalhos apresentados pelo menos nove apresentam uma característica analítico descritivo ou puramente descritivo. A AGB em Salvador vai atravessar o período da geografia quantitativa sem ter se dado conta da sua existência em termos oficiais. Estranhamente, se isso não se manifesta nos documentos encontrados, se manifesta na participação de alguns poucos colegas que não pertenciam aos quadros da UFBA nos órgãos de planejamento do Estado. O domínio dos estudos analítico descritivos de forte predominância, ainda, da geografia francesa eram freqüentes no Departamento de Geografia da UFBA, com algumas ilhas onde os estudos de geografia pragmática se faziam mais fortes. Em função da forte ligação da AGB com esse departamento foi gerada significativa influência dessa geografia nos rumos da AGB Seção Regional Bahia

A participação estudantil continua limitada, não existe uma categoria de sócio para estudantes e sua participação é quase sempre acessória, somente a partir de 1979 a AGB passa a discutir de maneira mais efetiva a presença dos estudantes, inclusive na Diretoria da entidade.

Apesar das dificuldades financeiras os representantes da AGB seção local no Conselho Diretor sempre que possível estavam presentes nas atividades realizadas pela AGB nacional, fossem as reuniões do próprio conselho ou os Encontros Nacionais de Geógrafos. A questão financeira e de apoio logístico se fazia sentir também na periodicidade do Boletim Baiano de Geografia, abalado nesse período por dificuldades de condução e de impressão do material bem como do auxílio de colegas, mesmo assim com grande esforço a publicação do número dezoito ainda foi feita no mês de agosto 1979.

O início da década de setenta marca também o esgotamento do modelo das Assembléias da AGB baseadas nos trabalhos monográficos de intenso e exaustivo levantamento de informações através do trabalho de campo em uma determinada área vindo a adotar o modelo mais próximo do que ocorre hoje com a apresentação dos resultados de pesquisas. Localmente, a AGB continua realizando as interessantes reuniões culturais, eventos que foram simplificados posteriormente nas palestras realizadas por professores convidados.

A AGB Seção Regional Bahia se manteve sempre preocupada com as questões relativas ao ensino de geografia nos níveis médio e fundamental, principalmente em relação à qualidade e estrutura deste. As questões profissionais também, por várias vezes, esteve presente nas reuniões e ações desse período as discussões acumuladas serão aprofundadas no final da década de setenta e posteriormente resultarão em uma Lei que será aprovada pelo legislativo na década de oitenta.

Em agosto de 1979 após apresentar os resultados da Assembléia Geral para mudança do estatuto da AGB, realizada no período de 26 a 29 de julho a diretora da AGB Seção Regional da Bahia, por considerar coerente com a mesma decisão tomada em nível nacional quando da renúncia do presidente Marcos Alegre da direção nacional, resolve deixar a direção, tendo sido acompanhada pelos demais membros da diretoria executiva da Seção Regional. Essa atitude tanto em nível nacional, quanto local correspondia a uma ruptura necessária para a abertura de caminho que facilitaria a construção e aplicação do novo estatuto. O período de transição até a eleição de uma nova diretoria foi ocupado por uma Comissão Executiva Provisória que contribuiu para essa mudança de rumo na AGB que não era mais Seção Regional, mas Seção Local.

### **Mudança de rumo**

A partir de 1979 a AGB-Salvador acompanhando as mudanças na geografia nacional também sofre transformações estruturais. Passa a utilizar uma nova sede nas imediações do centro da cidade do Salvador no prédio onde funcionava a Associação dos Engenheiros Agrônomos da Bahia - AEABA, consideravam os colegas da diretoria empossada à época que essa localização facilitaria o acesso dos associados, principalmente à noite da terça-feira, horário em que eram realizadas as reuniões.

O redirecionamento político da entidade exigia o seu afastamento do local anterior, seja para ampliar uma certa independência em relação à geografia que se fazia na AGB até então, seja para ampliar a participação de colegas de outras instituições.

Essa nova postura da nova diretoria ao mesmo tempo em que atraiu novos associados para

uma participação mais efetiva afastou outros que se viram aliados do processo, seja por perda dos referenciais políticos, seja pela perda dos referenciais acadêmicos que, até então moviam a AGB-Salvador. Essa postura estava alinhada com a AGB nacional, uma vez que se abriam novas possibilidades organizacionais e, conseqüentemente, novas frentes de batalha com a possibilidade de participação dos estudantes na entidade. Proposta polêmica que, apesar de ter se mostrado prática, no sentido de manter viva a associação, mesmo porque muitas das seções locais não teriam condições de funcionamento sem a participação dos estudantes, mostrou-se complicada no âmbito da sua aceitação como entidade representativa dos profissionais da geografia. Em razão disso, tanto localmente quanto nacionalmente ocorreram rupturas, as quais, posteriormente vão levar a criação de Associações Profissionais por colegas que não se viam contemplados pela ação da AGB e mais, surgiam problemas legais frente aos órgãos de fiscalização profissional (CREA), que exigiriam uma maior interação com este Conselho, e um eterno conflito entre licenciados, bacharéis e estudantes.

A mudança para a nova sede também significou uma ampliação das relações com as associações que dividiam o espaço da AEABA como o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos – CADH e o Grupo de Recomposição ambiental – GERMEN. Como o referencial político da AGB se modificou, o seu grau de participação política também mudou. A AGB passou a ser mais atuante na discussão das questões profissionais, ampliando a sua participação no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/BA e engajando-se de forma mais ativa nas lutas sociais. Essa era, sem dúvida, uma grande influência do que nacionalmente se chamava de Geografia Crítica onde a atuação política e social da geografia se direcionava para uma análise da sociedade, inicialmente, baseada na influência do materialismo histórico dialético e das teses de Marx. No entanto, apesar desse domínio dos marxistas, não poderíamos ser reducionistas a ponto de afirmar que essa era a única influência mas, de certo, era a mais importante.

A direção eleita a partir de 1981 poderia ser vista como afinada com a gestão nacional eleita no importante Encontro Nacional de Geógrafos que ocorreu em Fortaleza. As modificações em curso na geografia encontravam seu momento de convergência. A difícil transição para a democracia burguesa brasileira vinda de um longo período de ditadura militar perpetrada a partir do golpe militar de março de 1964 animava a esquerda e ampliava a participação com a retomada das atividades políticas em várias frentes. A União Nacional dos Estudantes retoma suas atividades fora da clandestinidade também em 1979 com o Congresso em Salvador, sob a hospedagem do Governo da Bahia que cedeu o recém construído Centro de Convenções para a realização do evento. Os estudantes de Geografia realizam o Encontro Nacional de Estudantes de Geografia – ENEG e a história vai sendo feita. Essa efervescência favoreceu, significativamente, participação ativa da AGB-Salvador nos eventos políticos que se seguiram e, em especial, aqueles que envolviam a comunidade geográfica em Salvador.

Durante mais de dez anos após 1979 a AGB-Salvador vai ter forte presença nos eventos locais e nacionais. No caso daqueles de caráter organizacional, a AGB-Salvador estava quase sempre presente nas Gestões Coletivas promovidos pela entidade. Essa participação teve alguns pontos referenciais como a liderança no processo de regulamentação da profissão com propostas aprovadas em Gestão Coletiva realizada em Salvador no ano de 1981 por ocasião da Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC.

A AGB-Salvador após uma análise da situação de trabalho de vários profissionais da geografia que, já há algum tempo, exerciam, em órgãos variados, atividades como geógrafos, além do próprio direcionamento dado na formação universitária desses profissionais, emvidou esforços para a aprovação de regulamentação que permitisse a emissão de registro dos licenciados no sistema CONFE/CREA. No entanto a proposta da AGB-Salvador não foi aprovada na íntegra e apenas os licenciados formados até 1974 puderam obter o registro no sistema. Como decorrência da Lei que regulamenta a profissão continuamos com o profissional licenciado em geografia que seria o professor e o bacharel em geografia que seria o Geógrafo. A AGB em nível nacional optou por chamar ao profissional de geografia, independente de ser ele licenciado ou bacharel, de geógrafo. Isso, obviamente, não acabou com os problemas de registro mas tem contribuído para um posicionamento político e de busca de coesão entre os profissionais da geografia já cisalhada pela velha querela da geografia física e humana.

Ainda como decorrência desse processo a Lei que regulamenta a profissão sofreu algumas outras alterações em especial no que trata da ampliação do espectro da formação para atingir o grau de geógrafo e obter registro junto ao Sistema CONFEA/CREA. Apesar de bastante controverso, profissionais com mestrado e doutorado em geografia, assim como licenciados em Geografia e em Geografia e História, diplomados em estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido, com contrato de trabalho como Geógrafo em órgão da administração direta ou indireta ou em entidade privada ou exercendo a docência universitária passam a poder obter o título de geógrafo e por consequência ser capazes de atuar profissionalmente com registro, isto é o que diz a Lei 7.399 de 04 de novembro de 1985 que altera a Lei n.º 6.664 de 26 de junho de 1979<sup>3</sup>, ou seja a Lei que disciplina a profissão de geógrafo.

Durante a década de oitenta a luta pela aplicação do salário mínimo profissional iniciada pelo CREA/BA contou com participação efetiva da AGB-Salvador que junto com as outras entidades registradas no conselho reivindicaram junto à Prefeitura e ao governo do Estado o cumprimento da Lei. Dessa forma as entidades em questão participaram de audiências com o prefeito da Cidade do Salvador e com o Governador do Estado, além de entidades diversas e empresas públicas e privadas.

A AGB-Salvador dos anos oitenta mantinha uma estreita relação com o CREA/BA. Isso se constituía em um facilitador para as demandas da AGB junto ao conselho; no entanto, isso não se conquistou apenas por bondade do CREA/BA mas, especialmente, pela efetiva participação da AGB-Salvador junto ao conselho, inclusive no processo de eleição direta para este, cujo formato era, até então, inédito em todo o país, demonstrando o caminho para a democratização da entidade e do sistema como um todo.

Como resultado dessa intensa participação junto ao CREA/BA a AGB-Salvador foi convidada a indicar um representante para o conselho, que inicialmente não teria direito a voto. Todos os representantes da AGB no CREA/BA tiveram significativa participação nos processos internos inclusive no processo eleitoral como membro da Comissão Eleitoral para o período 1985 - 1987. Esse reconhecimento se fez, inclusive nacionalmente, com a participação de um dos membros da AGB-Salvador na suplência da representação da AGB Nacional junto ao sistema CONFEA já no final da década de oitenta.

Foram muitas as lutas empreendidas pela AGB-Salvador na década de oitenta, além daquelas destacadas anteriormente, feitas junto com o CREA e dentro do CREA, destacamos a participação efetiva da AGB-Salvador na ampliação do debate sobre as propostas de desmembrar o território do Estado da Bahia. Longe de parecer com uma defesa ufanista da integridade territorial do Estado, a AGB-Salvador propôs um conjunto de debates com profissionais de variadas áreas para além da própria geografia, inclusive com o convite de colegas geógrafos de outros estados, estava em discussão a criação do Estado de Santa Cruz entre outros que na época em questão acabaram surgindo na trilha deste. Posteriormente a AGB-Salvador envolve-se na discussão acerca do trem de superfície, proposta parecida com a do atual metrô, onde os colegas geógrafos envidam esforços em estudos técnicos da sua competência para gerar um estudo de impacto que vai contribuir para a revisão do projeto.

A inexistência de um claro posicionamento político ideológico das diretorias da AGB-Salvador nunca serviu como impedimento para que ela mantivesse uma excelente aproximação em relação as diretorias nacionais da entidade, a participação nas reuniões de Gestão Coletiva e presença constante dos diretores da AGB Nacional em palestras e discussões realizadas pela seção local sempre contribuíram para o estreitamento das relações que não se davam mais exclusivamente por possíveis vínculos políticos mas também por laços de amizade. Obviamente isso se tornava um problema, pois as necessárias críticas acabavam, por vezes, minimizadas. Essa falta de posicionamento se colocava como resultado da composição interna das direções locais que apesar de ter um posicionamento em defesa uma sociedade mais justa e igualitária o caminho para isso nem sempre era algo fechado entre os colegas.

---

3. Para detalhamento sugerimos consulta às resoluções do sistema CONFEA/CREA e à Lei publicada no D.O.U. de 11 DEZ 1984 - Seção II - Pág. 18.402. LEI N.º 7.399, de 4 NOV 1985. Altera a redação da Lei n.º 6.664, de 26 JUN 1979, que disciplina a profissão de Geógrafo publicada no D.O.U. de 05 NOV 1985 - Seção II - Pág. 16.113.

Os maiores problemas entre a AGB-Salvador e a AGB Nacional ocorrem em função de uma mudança estrutural da AGB - Salvador para um sistema de coordenações e por ocasião da preparação do Encontro Nacional de Geógrafos que foi realizado na cidade do Salvador em julho de 1990.

A mudança estrutural do sistema de diretoria definida estatutariamente não foi seguida pela AGB - Salvador na gestão a partir de 1985. Nesse caso, havia dois componentes importantes, um de caráter ideológico e outro de caráter organizacional. A AGB já estava entrando em uma crise que iria culminar seis anos depois com a interrupção das suas atividades. A pseudo-impossibilidade de ocupar todos os cargos serviu como pretexto para a adoção do sistema de coordenações, a AGB - Salvador deixava de ter um diretor, teria agora coordenadores e todos poderiam responder pela instituição, isso acabou criando dificuldades frente as outras entidades que não sabiam a quem se reportar. Ideologicamente alguns colegas sofreram influência durante a graduação de movimentos anarquistas ou de orientação aproximada que acabaram por influenciar na diluição do poder dentro da entidade. Esse sistema funcionou precariamente mas, mesmo assim ainda foi responsável pela realização, no período de 22 a 25 de maio de 1986 na cidade do Salvador, do III Encontro Baiano de Geografia. Depois dessa gestão a AGB - Salvador passa mais dois anos sem conseguir realizar outra eleição até que ao grupo de colegas que tentavam manter as atividades mínimas da entidade juntam-se outros do Projeto RADAMBRASIL que vão ter influência na composição da nova chapa e terão papel importante na realização do VIII ENG.

Um outro embate tem na crise que começava a envolver a seção local o seu princípio pois esta indicava a impossibilidade de continuar com a proposta de realização do VIII Encontro Nacional de Geógrafos em Salvador. Não haviam pessoas localmente envolvidas em número suficiente na construção de evento. A diretoria da seção local então, em uma reunião bastante longa, avaliou a proposta de participação de uma empresa de suporte a eventos. A proposta era controversa visto que não tínhamos conhecimento de outro momento em que a AGB tenha necessitado da contratação de uma empresa para tal fim e apesar da relutância em aceitar acabamos por aprovar a proposta e nos propusemos a defende-la frente a Gestão Coletiva que se realizaria na cidade de São Paulo no prédio da Geografia e História da USP. Não há pior situação que aquela na qual nós devemos defender algo em que não acreditamos. A necessidade, no entanto, colocou uma determinação e a AGB-Salvador leva para a Gestão Coletiva não uma proposta, mas uma ameaça, não realizaríamos o evento sem o apoio da empresa. Dada a proximidade e a impossibilidade de outra seção local assumir o evento, acudados e sem uma solução, os colegas da Gestão Coletiva foram obrigados a aceitar a proposta.

Se a organização local do VIII ENG fluiu com a empresa, a forma adotada pela AGB baseada na participação dos seus membros na construção coletiva do ENG, sob nosso ponto de vista, poderia ter prescindido desta empresa durante a realização do evento. A seção local não fez uma clara avaliação da participação da empresa durante o evento mas hoje fica um pouco mais difícil dizer o que era correto, apesar de, por uma questão ética, termos defendido a proposta da participação da empresa, percebemos que a AGB ensinou bastante a ela, alias deveríamos ter cobrado a experiência.

A falta de motivação posterior ao Encontro Nacional de Geógrafos apenas emerge de um processo que já vinha ocorrendo antes do evento, o risco em assumir um evento por uma diretoria já em processo de desconstrução, só fez aumentar o esfacelamento da AGB-Salvador. A redução da participação dos colegas impedia que as proposta e os trabalhos pudessem ter continuidade a seção Salvador entrava em um processo de imobilização que resultaria um ano depois em desestruturação, dissolução da diretoria e por fim, o fechamento das portas. Por um tempo um armário com objetos de escritório, atas e escritos ficaram guardados no prédio da AEABA até que após sua degradação foi transferido para pequenas caixas que estão sob a guarda de estudantes e professores do Departamento de Geografia da UFBa e que deverão passar para a comissão que tenta retomar as atividades.

Grande parte dos registros da década de oitenta e início de noventa foram perdidos e, até que sejam encontrados, contamos apenas com a história oral o que, sem dúvida, constitui-se em um trabalho de grande monta sujeito às interpretações dos seus portadores.

## Um longo tempo de inatividade

Após o VIII Encontro Nacional de Geógrafos realizado em Salvador, a Seção Local entrou em declínio, as reuniões eram realizadas com duas, às vezes três pessoas, a diretoria se esfacelou. Depois de várias reuniões sem *quorum* tomamos a decisão de fechar as portas até que as condições para a reestruturação surgissem.

Somente no início do ano 2000 alguns colegas tentaram, sem sucesso, retomar as atividades, pelo menos mais duas tentativas foram feitas e que, parecia, resultariam infrutíferas não fosse o fato de que em todas elas alguns abnegados se manteriam tentando enquanto outros se juntariam, aos poucos, ao grupo em formação. Todavia ainda faltava um acontecimento que servisse para alavancar as atividades que se colocavam em potência, esse fato foi colocado na plenária final do Encontro Baiano de Geografia quando ficou definido que o colegiado que realiza o EBG deveria forçar a retomada dos trabalhos pensando a AGB em um novo formato que pudesse abarcar uma área maior que a cidade do Salvador, necessariamente isso significaria uma mudança na forma como a AGB se regionaliza e um confronto direto com o estatuto da entidade, no entanto, enquanto este texto é construído, essa proposta ainda está em discussão.

No primeiro semestre de 2003 durante a primeira reunião para organização do VII Encontro Baiano de Geografia foi firmado, entre os presentes, o compromisso de retomar as atividades da AGB formando, a partir de então um grupo que vem se reunindo desde então, tentando resgatar a memória da AGB – Salvador além de reorganizar a entidade em termos legais. Esse resgate da memória se traduz na busca de informações sobre a história da entidade e o importante papel dos colegas que contribuíram para a construção da mesma.

## O papel do Fórum Baiano de Geografia e a organização do Encontro Baiano de Geografia.

Em 1994 os colegas do curso de geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, já em um percurso que os levaria a formação de uma Seção local (Vitória da Conquista) da AGB e a realização do Encontro Nacional de Geógrafos, propõem a formação de um colegiado para realização do III Encontro Baiano de Geografia, que nas suas duas primeiras edições foi realizado pela AGB – Salvador.

Essa proposta demonstrou a efetiva capacidade de organização da geografia na Bahia uma vez que o colegiado formado contava com a participação de representantes de IES públicas e privadas do estado<sup>4</sup>, indicados por seus respectivos setores representativos: departamentos e diretórios acadêmicos. Essa organização exigia uma logística um pouco complicada em função das distâncias entre as cidades no Estado da Bahia. As reuniões eram realizadas nos diversos campus onde houvesse curso de geografia e toda a organização ficaria por conta da IES que sediaria a reunião enquanto que cada uma das IES distintamente se responsabilizaria pelos custos de deslocamento e estadia do seu representante. Essa forma perdura até o momento, numa demonstração de capacidade organizacional para o EBG.

O III Encontro Baiano de Geografia na UESB na cidade de Vitória da Conquista foi um evento de grande sucesso com a participação de profissionais da geografia e estudantes de todo o Estado. A fórmula escolhida demonstrou, então, ser adequada, a IES sede do evento se responsabilizaria pela hospedagem dos participantes convidados e administraria as inscrições, todas deveriam contribuir com uma passagem aérea e em todas as mesas redondas deveria haver pelo menos uma pessoa indicada por uma das IES, a confecção do material para o evento como pastas, certificados, brindes e cadernetas, é distribuído e/ou conseguido através de patrocínios e colaboradores. Assim foi feito, com algumas pequenas modificações, no IV, V e VI EBG.

---

<sup>4</sup> Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Universidade do Estado da Bahia (Campus Jacobina, Caetité, Santo Antônio de Jesus) - UNEB, Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Universidade Católica do Salvador - UCSal. Para a realização do VII EBG temos a participação da Faculdade Jorge Amado além de ter sido contatada Faculdades Salvador (UNIFACS).

O maior problema para a realização deste evento estava na situação financeira das IES envolvidas, em um primeiro momento da Universidade Federal da Bahia, causada por anos de descaso do governo federal com a universidade pública o que levou a única ruptura na organização entre as IES. Como a UFBA não poderia arcar com a parte que lhe caberia na construção do IV EBG a comissão organizadora resolveu que a mesma não seria listada como uma das organizadoras do evento, no entanto, seus professores poderiam ser convidados para participar das mesas redondas ou como palestrantes, como foi feito. A intolerância e falta de visão em relação a proposta do evento, a falta de informação ou a manipulação desta gerou certo desconforto político e uma pequena participação dos colegas da geografia da UFBA, certamente reduzindo o brilho do evento. Acreditamos, no entanto, que essa situação serviu para mostrar o surgimento de novas forças no cenário geográfico da Bahia, em especial nas universidades estaduais.

Algum tempo depois serão as estaduais que sofrerão com o aprofundamento dos problemas financeiros o que levou a transferência do VI EBG que seria realizado no campus V da UNEB para Salvador e ter a sua data transferida, o evento teve que ser reduzido em sua proposta estrutural para que pudesse ser realizado mas, novamente, o empenho dos colegas das IES tornou possível a realização de mais esse EBG. A questão financeira ao mesmo tempo em que era contornada pela forma organizacional do EBG ao mesmo tempo era uma ameaça constante, o Governo do Estado da Bahia nos últimos anos tem tido papel de destaque no desmanche das universidades estaduais com o envio de poucas verbas para manutenção e salários baixos dos professores o que tem gerado constantes movimentos de reivindicação por parte de professores, alunos e funcionários. Essa conjuntura tem afetado significativamente o EBG, mas sua flexibilidade e capacidade de adaptação estrutural têm ajudado a contornar esses problemas.

Um dos desdobramentos do III EBG foi a retomada das atividades do Fórum Baiano de Geografia, criado alguns anos antes por iniciativa dos colegas da UNEB e que seria formado por representantes dos departamentos e colegiados de geografia, as reuniões não tinham uma periodicidade definida e eram realizadas no mesmo formato daquelas para organização do EBG. O Fórum Baiano de Geografia tinha como foco principal a discussão de questões acadêmicas relativas à geografia e o contexto em que a mesma funciona está conformado pelas mudanças no sistema educacional no Brasil com a discussão das diretrizes curriculares para os cursos de nível superior e dos parâmetros curriculares nacionais para os cursos de ensino médio e fundamental, assim como pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

As reuniões discutem, principalmente, questões curriculares e de formação do profissional da geografia na Bahia. As ações do Fórum têm destaque em dois momentos bastante significativos, na participação do seu coordenador em uma mesa redonda no Encontro Nacional de Geógrafos realizado em Vitória da Conquista e por ocasião da proposta de formação das comissões do MEC para criação das diretrizes curriculares. O fato de entre os indicados para a comissão estar um profissional sem formação básica ou de pós-graduação em geografia foi o estopim de uma revolta geral na geografia brasileira que convergiu para a única instituição formada para discussão interuniversitária da geografia na Bahia que era o Fórum.

Em nível nacional a Associação dos Geógrafos Brasileiros fazia gestões junto ao MEC para reverter a indicação enquanto localmente o Fórum discutia a situação. Havia vários problemas a serem pensados: a indicação em si; a forma como foi feita a indicação; a falta de uma participação mais democrática na indicação, visto que o MEC desconsiderou a importância das estaduais para a Geografia na Bahia; a falta de clareza interna denunciada pelos próprios colegas da UFBA; o fato do indicado não ter formação em geografia. Essa situação culminou com a realização de uma reunião com a presença de um grande número de profissionais da geografia das mais diferentes instituições da Bahia na Universidade Católica do Salvador. Ao tempo em que a reunião ocorria foi comunicada a desistência do professor indicado, no entanto os presentes decidiram, mesmo assim, por enviar um documento de protesto pela indicação ao MEC e ao Departamento de Geografia da UFBA.

O Fórum após a realização do ENG em Vitória da Conquista sofreu solução de continuidade, a aparente falta de uma forte motivação e os custos logísticos de sua manutenção fizeram com que suas atividades se reduzissem ao ponto de não mais existirem. No entanto seu caráter

estadual indicou uma possibilidade organizacional para a Associação dos Geógrafos Brasileiros na Bahia na evidência da impossibilidade de criar seções locais sempre há a possibilidade de fazê-la com um caráter mais regional, essa é uma discussão que está apenas iniciando.

A perspectiva de estruturar uma AGB – Bahia redirecionaria nossa discussão em parte para a forma organizacional dos primórdios da AGB, isso teria desdobramentos de caráter político, relacionado as representatividades locais e à localização da coordenação, por outro lado já existe uma seção local em Vitória da Conquista o que significaria uma revisão do seu caráter estrutural e da sua participação política no conjunto do Estado talvez não muito adequado aos desejos dos geógrafos que compõem atualmente a direção da seção. Por outro lado existe um grande contingente de profissionais da geografia no Estado da Bahia que poderiam estar inseridos no movimento político organizado pela AGB, fortalecendo a entidade e contribuindo para uma análise mais realística da situação da geografia na Bahia e para os possíveis movimentos de reivindicação ou de propostas de intervenção. Conseguir abarcar todos esses profissionais é utópico mas, por isso mesmo, é necessário repensar o formato da AGB ou criar uma instituição como o Fórum Baiano de Geografia que pudesse dar conta de questões que extrapolem o nível local e pudesse atender aquelas áreas onde a capacidade organizacional local impedisse a construção de uma seção local da AGB mesmo porque entre o local e o global existem muitas escalas a serem estudadas..

### **Esperando não concluir**

Ao final espera-se, quase sempre um balanço. A AGB na Bahia transitou de uma organização regional para local de acordo com a mudança dos estatutos e da conjuntura política da entidade. As primeiras gestões até 1979 contribuíram com os estudos e as reuniões culturais, a partir de 80 a participação política é a tônica principal.

O debate sobre educação e formação profissional permeou a maioria das gestões, em especial a partir da década de setenta e início de oitenta quando a discussão sobre a legislação profissional se aprofunda. A formação do profissional da geografia também foi uma discussão constante, presente na pauta da maioria das reuniões e observado nos convites para as reuniões culturais ou para palestras. Da mesma forma os eventos como as Semanas de Geografia ou Encontro Baiano de Geografia sempre tratavam destas questões.

Recentemente mais uma tentativa de reerguer a seção Salvador está em curso. Alguns passos importantes já foram dados, no entanto, os velhos problemas relacionados à disponibilidade para trabalhar na entidade continuam a rondar os colegas.

A falta de uma entidade como a AGB – Salvador gera uma lacuna que o Fórum Baiano de Geografia ou a organização para o EBG não podem ocupar. A AGB deve ter papel articulador em várias áreas através das suas comissões, em especial aquela seja na discussão da questão profissional, seja na discussão sobre intervenções no espaço geográfico.

Se as gestões iniciais se pautaram em um estudo mais interno e, de certa forma um pouco afastadas da questão política nacional (é bom lembrar que os colegas estiveram, na maior parte do tempo, sob os braços da ditadura militar que limitava a participação e atuação das entidades) as últimas se preocuparam em fazer uma AGB que estivesse presente nas lutas sociais e tivesse um papel analítico acerca das intervenções no espaço geográfico. Se a participação política aumentou na década de oitenta a utilização das reuniões culturais desapareceu, desapareceu também o Boletim Baiano de Geografia.

Esperamos todavia que a AGB – Salvador possa encontrar um caminho onde possam caminhar integradamente participação política e saber geográfico e onde o segundo seja um instrumento determinante na consolidação do primeiro, na defesa de uma sociedade mais justa e plural.

### **Agradecimentos**

Gostaríamos de agradecer aos colegas Renato Leone Miranda Léda, Lirandina Gomes Sobrinho, Neyde dos Santos Gonçalves, Tereza Cardoso da Silva, Silvio Bandeira de Melo e Silva, Maria Lúcia Simões, Maria Auxiliadora da Silva, Zelita Santana, Maria Elvira Passos Costa, Sônia Marise Pereira Tomasoni, Maria da Conceição Oliveira Cunha, que contribuíram nas entrevistas ou cederam textos sobre a AGB ou que continham informações relacionadas.

## Referências bibliográficas

- ABREU, Maurício de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. In CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. *Jequiê – estudo de geografia urbana*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1970
- ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. Estatuto do Núcleo Baiano da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Secção Rio de Janeiro. Salvador, 1960. *fotocópia*.
- BOLETIM BAIANO DE GEOGRAFIA, Salvador: AGB, Núcleo Baiano da Secção Rio de Janeiro, Ano I, n.º 1, junho de 1960.
- BOLETIM BAIANO DE GEOGRAFIA, Salvador: AGB, Núcleo Baiano da Secção Rio de Janeiro, Ano I, n.º 2, setembro de 1960.
- BOLETIM BAIANO DE GEOGRAFIA, Salvador: AGB, Núcleo Baiano da Secção Rio de Janeiro, Ano I, n.º 3, dezembro de 1960.
- BOLETIM BAIANO DE GEOGRAFIA, Salvador: AGB, Núcleo Baiano da Secção Rio de Janeiro, Ano I, n.º 4, março de 1961.
- BOLETIM BAIANO DE GEOGRAFIA, Salvador: AGB, Núcleo Baiano da Secção Rio de Janeiro, Ano III, n.º 7 e 8, dezembro de 1960 – março de 1962.
- BOLETIM BAIANO DE GEOGRAFIA, Salvador: Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, Ano VII e VIII, vol. 9, n.º 12, 13, 14, julho de 1967.
- BOLETIM BAIANO DE GEOGRAFIA, Salvador: AGB, Seção Regional Bahia, Ano IX – X – XI, Vol. 10, n.º 15, 16, 17, julho de 1970.
- BOLETIM BAIANO DE GEOGRAFIA, Salvador: AGB, Seção Regional Bahia, Ano XII, Vol. 11, n.º 18, agosto de 1979.
- SILVA, Maria Auxiliadora da. Milton Santos – alguns aspectos de sua vida e obra. *RA'E GA, O espaço geográfico em análise*. Curitiba, n.º 6, p. 221-234, 2002

## Diretorias da AGB – Salvador

**Fundação** - Assinam o estatuto registrado:

Anna Carvalho  
Waldir Freitas Oliveira  
Milton Santos  
Nilda Guerra de Macêdo  
Tereza Cardoso da Silva  
Norma Ramos de Freitas  
Aurélio Américo de Freitas  
José Augusto Guimarães  
Antônia Déa Erdens  
Yolanda Maria dos Santos

### 1960

Diretora – Anna Carvalho  
Secretário – Waldir Freitas Oliveira  
Tesoureiro – Milton Santos  
Conselho Consultivo – Nilda Guerra Macedo, Teresa Cardoso da Silva, Norma Freitas

### 1961 – 1962

Diretora - Nilda Macêdo  
Secretária – Anna Carvalho  
Tesoureira – Norma Freitas  
Conselho Consultivo – Milton Santos, Waldir Freitas Oliveira

**1963 – 1968** – sem informações, no entanto alguns relatos dão conta de que havia um revezamento na direção entre os colegas do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais.

#### **1969 - 1970**

Diretora - Neyde Maria Santos Gonçalves

Secretaria – Sônia de Oliveira Leão

Tesoureira – Célia Peixoto Motti

Conselho consultivo – Ana Maria Souto, Thelma V. Pitágoras Freitas

#### **1970 – 1972**

Diretora – Neyde Maria Santos Gonçalves

Tesoureiro – Célia Peixoto Motti

Secretaria – Sônia de Oliveira Leão

Coordenador de Publicações – Pascal Motti

Rep. Conselho Diretor – Tereza Cardoso da Silva

Suplente – Antônia Déa Erdens

#### **1972 – 1974**

Diretor – Douracy Soares

Vice-diretor – Sylvio Bandeira de Melo e Silva

Tesoureiro – Margarete Prates

Secretaria – Ana Maria Leite

Coordenador de Publicações – Florisvaldo Henrique Falk

Rep. Conselho Diretor – Tereza Cardoso da Silva

Suplente – Neyde Maria Santos Gonçalves

#### **1974 – 1976**

Diretor – Florisvaldo Henrique Falk

Vice-diretor – Laerte Correia Lima

Tesoureiro – Irlene Maria Peixoto Magnavita

Secretaria – Lúcia Maria Tenório

Coordenador de Publicações – Sylvio Bandeira de Melo e Silva

Rep. Conselho Diretor – Neyde Maria Santos Gonçalves

Suplente – Douracy Soares

#### **1977 – 1978**

Diretora – Regina Celeste de Almeida Souza

Vice-diretora – Antônia Déa Erdens

Tesoureiro – Yolanda Maria dos Santos Penalber

Secretaria – Benedita Pereira Andrade

Diretor de Publicações – Douracy Soares (subst. por Antônia Déa Erdens em 14/03/1978)

Rep. Conselho Diretor – Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva

**1978 – 1980** (diretoria renuncia para reestruturação a partir da reforma do estatuto)

Diretora – Neyde Maria Santos Gonçalves  
Vice-diretora – Maria Auxiliadora da Silva  
secretaria – Olívia Clementina Azevedo Vergne (subst. por Benedita Pereira Andrade em 17/01/1979)

Tesoureira – Benedita Pereira Andrade  
Coordenadora de Publicações – Zelita Azevedo Santana Fernandes  
Rep. Conselho diretor – Yolanda Maria dos Santos Penalber

### **1979 - 1981**

Comissão Provisória e subcomissões

documentação e divulgação

Jandira de Souza Silveira  
Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva  
Marilene dos Santos Aouad  
Jorge Conceição  
Moema M. Vilar Filgueiras

Documentação e divulgação

Maria Lúcia Simões  
Renato Gomes Carneiro  
Walmir D'Alexandria Batista  
Wilson Moreira Nascimento  
José Cosme Gomes dos Santos

Levantamento das condições jurídicas e financeiras

Jeanne Maiffre Baraúna  
Solange Messias Cidreira  
Reinaldo Gonçalves Correia  
Albênia Maria de A. Fonseca  
Neuz Fiorentini

Outros nomes indicados na ATA de formação da comissão

Yolanda Penalber  
Marilene dos Santos Aouad  
Míriam Rebelo Martins  
Verilda Duarte Batista  
Sandra Maria Matos de Araújo

### **1981 – 1982**

Diretora – Maria da Conceição Oliveira Cunha  
Vice-diretora – Maria Lúcia Simões  
1ª secretária – Jeanne Maiffre Baraúna  
2ª secretária – Tânia Regina Pinheiro dos Santos  
1º tesoureiro – Lúcia Maria Tenório  
2º tesoureiro – Geraldo César Costa Pinto  
Suplentes – Regina Celeste de Almeida Souza; Marilene dos Santos Aouad

**1982 – 1984** (eleita durante o I EBG)

Diretora – Jeanne Maiffre Baraúna (renuncia em 1983)

Vice-diretora – Maria Lúcia Simões

1ª secretária – Nádia Regina do Nascimento

2ª secretária – Lúcia Amódio

1º tesoureiro – Lúcia Maria Tenório de Carvalho

2º tesoureiro – Maria da Conceição Oliveira Cunha

Suplentes – Débora Vieira de Carvalho; Crispiniana de Souza Amaral

Comissão de apoio UFBA – Lirandina Gomes Sobrinho, Rafael Sânzio, Renato Miranda

Léda

Comissão de apoio UCSal – Claudemiro Ferreira da Cruz Neto, Sérgio Teixeira Filho, Ralph Davico e Vasconcelos

Representantes no CREA/BA – Renato Gomes Carneiro Filho, Maria da Conceição Oliveira Cunha (suplente) (representantes eleitos em 1983)

**1985 – 1987** (?) (Sistema de coordenações)

Coordenação de eventos e promoções – Rafael Sânzio Araújo dos Anjos, Francisco Jorge Costa Nogueira

Coordenação de finanças – Lourival Cardoso Júnior

Coordenação de publicações – Renato Leone Miranda Léda

Coordenação de Assuntos Profissionais – Renato Gomes Carneiro, Claudemiro Ferreira da Cruz Neto

**1987 – 1989** – Suspensão das atividades, dissolução da coordenação. Criação de uma comissão para encaminhar o processo eleitoral:

Lirandina Gomes Sobrinho

Mário Rubem Costa Santana

Maxivalda Araújo

Henrique Dortas

**1989 – 1991**

Diretora - Lirandina Gomes Sobrinho

Vice-Diretor - Luiz Carlos Soares Gatto,

1º Secretário - Francisco Jorge Costa Nogueira

2º Secretário - Mário Rubem Costa Santana

1º Tesoureiro – Neuza Aquino

2º Tesoureiro – Claudemiro Ferreira da Cruz Neto